



15565197



08004.000120/2021-11



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (15626533)

Data	17/08/2021	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo	SENAJUS
2	André Luiz Welter	FUNAI
3	Ângela Rodrigues	SENAD
4	Antônio Laurindo dos Santos Neto	AN
5	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
6	Bruno de Oliveira Almeida	CGGE
7	Camila Ramos Ribeiro	AN
8	Cássia Polliana do Amaral Mendes	CGGE
9	Charles de Azevedo Gonçalves	SEGEN
10	Cíntya Oliveira da Silva	CGGE
11	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
12	Daniela Cristina Porto	SENAJUS
13	David de Lima Freitas	SPO
14	Denise de Carvalho Pires	SENAD
15	Eduardo Góis de Oliveira	SENAD
16	Eliezer Pires da Silva	AN

17	Evandro Marcos Biesdorf	FUNAI
18	Fabiano Nogueira Brandão	CGGE
19	Frederico Pacheco	PF
20	Graziele Ferreira de Oliveira	SPO
21	Gilmar Araújo de Sousa	CGOF
22	Gustavo da Cruz Sant´ Ana	PF
23	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
24	Leonardo de Melo Costa	CGGE
25	Luiz Fernando Zugliani	AN
26	Márcia Aiko Tsunoda	DEPEN
27	Maria Cardoso Grochevicz	SEOPI
28	Mariana Zilio da Silva	SENACON
29	Matheus José Ferraz Fernandes	CGGE
30	Priscilla Oliveira	SENASP
31	Raissa Guimarães Carvalho	SENACON
32	Raquel dos Santos Ribeiro	AN
33	Rian Gomes Correa	SPO
34	Ronald Lázaro Borges Ribeiro	SEOPI
35	Wesley Leão	PRF

Pauta da reunião (15569050)	<p>1) Apresentação</p> <p>2) Pendências - Relatório de monitoramento e formulário de detalhamento</p> <p>3) Aprovação da Carteira de Políticas Públicas do MJSP</p> <p>4) Curso ENAP – Avaliação Ex-Post de Políticas Públicas</p> <p>5) Apresentações de Políticas Públicas (PF, SENAJUS, FUNAI e AN)</p> <p>6) Informes Gerais</p> <p>7) Encaminhamentos</p>
------------------------------------	--

1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, iniciou a reunião, realizada por meio do aplicativo *Microsoft Teams*, agradecendo a participação dos presentes. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (15569050)
2. O primeiro tópico da reunião tratou das pendências acerca dos formulários de detalhamento e dos relatórios de monitoramento das Políticas Públicas do MJSP. Foi informado que algumas unidades organizacionais ainda estão com pendências do envio de documentos, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, a Polícia

Rodoviária Federal – PRF e a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON. O detalhamento dessas pendências encontra-se disponibilizado na apresentação da reunião (15569050), especificamente nos *slides* 3 e 4. Sobre o *status* do detalhamento da Carteira de Políticas Públicas, foi informado que 71% das Políticas já foram detalhadas, o que corresponde a 52 (cinquenta e duas) Políticas Públicas de um total de 73 (setenta e três) da Carteira vigente. Em seguida, o Sr. David informou que foram enviados relatórios de monitoramento de Políticas em desacordo com o padrão estabelecido pela CT-CGE e frisou, logo em seguida, a importância do envio de formulários de detalhamento e relatórios de monitoramento conforme os modelos aprovados pela CT-CGE. Foi informado aos participantes presentes que o *link* da tabela de controle, em que as unidades podem acompanhar as suas pendências, será enviado aos participantes e que está disponível no *Microsoft Teams*. A Sra. Priscilla Oliveira, representante da unidade SENASP, informou que a revisão da Política de Pronto Emprego – Força Nacional está em fase final de conclusão e que em breve a pendência em relação ao relatório de monitoramento será sanada.

3. Dando sequência à pauta, a Sr. David passou a palavra para o Sr. Fabiano Brandão, representante da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, para informar aos presentes sobre o andamento do curso "Avaliação *Ex Post* para Políticas Públicas", promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em parceria com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP do MJSP. O Sr. Fabiano informou que o curso está em andamento com previsão de término para o fim do mês de agosto de 2021 e destacou quais políticas públicas estão sendo utilizadas como objeto de estudo de caso no curso. A Sra. Priscilla Oliveira, representante da SENASP, destacou que a unidade possui diversos servidores mobilizados que atuam frente às políticas públicas da unidade e que não puderam participar do curso em questão pois, segundo informado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do MJSP - CGGP, servidores mobilizados são impossibilitados de participar em programas de capacitação promovidos pelo Ministério. A Sra. Priscilla Oliveira solicitou a realização de interlocução junto à CGGP no sentido de possibilitar a participação de servidores mobilizados nas próximas capacitações apoiadas pela CT-CGE. Por fim, o Sr. David sugeriu que fosse criada uma oficina pelos servidores que já participaram do curso, integrando os servidores mobilizados, com intuito de disseminar o conhecimento internamente no MJSP.
4. Em seguida, o Sr. David informou que o processo de revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP deverá ser submetido aos membros da CT-CGE para aprovação na reunião ordinária da Comissão prevista para o dia 21/09/2021, e, posteriormente, para aprovação em reunião ordinária do Comitê de Governança Estratégica – CGE, prevista para ocorrer no dia 30/09/2021. O Sr. David informou que o atraso na aprovação da carteira justifica-se pela necessidade de obter um melhor alinhamento da proposta de revisão apresentada em relação ao cadastro de ações orçamentárias e, ainda, informou que a validação da revisão da Carteira prevista para a próxima reunião da CT-CGE somente será possível caso as unidades que possuem pendências consigam saná-las em tempo hábil. O Sr. Evandro Marcos, representante da FUNAI, informou que deseja revisar a Política de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas. O Sr. David informou que a equipe da CGGE promoverá o apoio necessário à FUNAI para formalização da demanda.
5. Concluído o tópico anterior da pauta, foram iniciadas as apresentações do detalhamento das seguintes Políticas Públicas:
 - Polícia Federal: Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade: Eixo – Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras (15584664), apresentada pela Sr. Gustavo Sant’Ana, Delegado de Polícia Federal, representante da CGE/PF
 - SENAJUS: Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia: Eixo - Residência (15584674), apresentada pela Sra. Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, Coordenadora de Processos Migratórios
 - FUNAI: Política de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas (15584684), apresentada pelo Sr. Evandro Marcos Biesdorf, representante da FUNAI.
 - Arquivo Nacional: Política Nacional de Arquivos – Conselho Nacional de Arquivos (15584694), apresentada pelo Sr. Antônio Laurindo, Coordenador de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos.
6. O Sr. David, após a apresentação da Política de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas da unidade FUNAI, realizou um apontamento na apresentação no tocante à situação de limitação orçamentária da política, tendo em vista que em outros anos a unidade deixou de executar valores do orçamento. Os senhores André e Evandro, representantes da FUNAI, apresentaram justificativa quanto aos fatos narrados. Por fim, o Sr. David sugeriu o agendamento de uma reunião com a unidade para alinhamento em relação a situação orçamentária da unidade.
7. Em seguida, o Coordenador da Comissão informou aos presentes sobre as Políticas Públicas que serão apresentadas na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 21 de setembro de 2021:
 - DEPEN – Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário: Eixo – Corregedorias;
 - FUNAI – Política de Preservação e Divulgação de Acervos Documentais sobre os Povos Indígenas e a Política Indigenista – Gestão Documental;
 - PF – Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade: Eixo – Segurança de Pessoas e Direitos Humanos; e

- PRF – Política de Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais
8. Sobre o tópico relativo aos informes gerais, foram abordados os projetos e indicadores estratégicos que serão apresentados na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 26/08/2021:
- PF
 - Projeto: Projeto Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF; e
 - Indicador: Quantidade de Operações de Polícia Judiciária deflagradas pela PF
 - SENAD
 - Projeto: Projeto Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas - CDE; e
 - Indicador: Receita da Gestão de Ativos
 - SEOPI
 - Projeto: Projeto Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle; e
 - Indicador: Quantidade de ações policiais apoiadas
9. Após a apresentação dos projetos e indicadores acima, o Sr. Eduardo Góis, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, indagou que o indicador da SENAD proposto para apresentação no CGE não tem relação direta com o projeto estratégico que também será apresentado na reunião. O Sr. David explicou que é possível que o indicador proposto para ser apresentado ao CGE não tenha relação direta com o projeto selecionado, mas a orientação é que ambos estejam vinculados ao mesmo objetivo estratégico.
10. Em seguida, dando sequência a pauta da reunião, no tópico informes gerais, o Sr. David apresentou o índice de execução orçamentária de cada unidade do MJSP. Ressaltou aos participantes que esse tema também é pauta na reunião do CGE e por isso a importância dos dirigentes das unidades terem ciência de tais informações. Destacou, ainda, que por esse índice as unidades podem verificar a sua execução e, caso seja necessário, realizar redimensionamento das despesas internamente. Ainda sobre o índice de execução orçamentária, o Sr. David mostrou o percentual de execução dos fundos que são tratados de forma separada por serem despesas obrigatórias.
11. Dando continuidade ao tópico informes gerais, o Sr. David apresentou informações comparativas entre o PLOA de 2022 e o PLOA de 2021, destacando que houve um aumento na estimativa de receita no Fundo Nacional de Segurança Pública de quase 36%. Já em relação do Fundo Nacional Penitenciário – Funpen, houve um decréscimo em relação a receita, conforme as projeções do Ministério da Economia, tendo uma redução de quase 14%. Em relação aos outros fundos do MJSP, não houve impactos significativos.
12. Por fim, sobre o tópico acerca de questões orçamentárias, o Sr. David destacou a importância do correto cadastro das ações orçamentárias, com o devido alinhamento do acompanhamento físico-financeiro com outros indicadores do MJSP, como aqueles contidos no Planejamento Estratégico e no Plano Plurianual. Destacou, ainda, que é fundamental que as unidades de gestão estratégica estejam alinhadas com as que são responsáveis pelo orçamento no âmbito de cada unidade organizacional do MJSP. Nesse sentido, apontou que o MJSP vem recebendo notificações do Tribunal e Contas da União justamente sobre o envio dessas informações de forma diferente.
13. Encerrada a pauta prevista, a Sr. David Freitas agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

CGGE enviará e-mail contendo:

- Apresentação da reunião da CT-CGE;
- Memória da reunião;
- Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas (AN, FUNAI, PF e PRF); e

Unidades enviarão

- Apresentações das políticas públicas apresentadas no dia 17/08/2021; e
- Detalhamento e monitoramento de políticas públicas por meio de processo SEI para a caixa CT-CGE.

Gravação da reunião:

<https://web.microsoftstream.com/video/cba580da-71d1-4993-8b6e-7b07aad928df>



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 03/09/2021, às 17:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus José Ferraz Fernandes, Agente Administrativo(a)**, em 03/09/2021, às 17:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE MELO COSTA, Administrador(a)**, em 06/09/2021, às 09:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DE OLIVEIRA ALMEIDA, Chefe da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento**, em 06/09/2021, às 10:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Cruz Sant'Ana, Usuário Externo**, em 06/09/2021, às 13:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 06/09/2021, às 14:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA POLLIANA DO AMARAL MENDES, Chefe da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - Substituto(a)**, em 06/09/2021, às 16:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE CARVALHO PIRES FULTON, Assessor(a) Técnico(a)**, em 06/09/2021, às 16:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 06/09/2021, às 17:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 08/09/2021, às 08:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CRISTINA RODRIGUES, Coordenador(a) de Projetos Especiais**, em 08/09/2021, às 12:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Clay Porcino Silva, Usuário Externo**, em 08/09/2021, às 12:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gois de Oliveira, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 09/09/2021, às 07:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LÁZARO BORGES RIBEIRO, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 09/09/2021, às 11:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15565197** e o código CRC **B695D796**



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08004.000120/2021-11

SEI nº 15565197